

Impasse com bancos continua sem saída

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — Divergências entre bancos e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos sobre a contribuição de cada um para superar os problemas da dívida dos países do Terceiro Mundo colocaram as negociações do Brasil com seus credores num desvio sem solução à vista. Por causa disso, depois de dois dias de consultas na capital americana semana passada, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, voltou a Brasília de mãos vazias. "As águas estão turvas. Não me arrisco mais a fazer previsões quanto ao fim das negociações", disse um dos assessores de Maílson.

Antes de embarcar para o Brasil, o ministro esforçou-se para pintar a situação com cores positivas. "Estamos avançando. Pode demorar um pouquinho mais do que prevíamos, mas estamos chegando lá", disse, confiante. Mas a exigência do maior credor — Citibank — e dos bancos japoneses de que o Banco Mundial garanta cerca de US\$ 100 milhões do *dinheiro novo* que será emprestado ao país ameaça fazer descarrilar as negociações.

Para o Citibank, a garantia do Bird estimularia a adesão de todos os 700 bancos ao pacote. Os bancos japoneses, por sua vez, insistem na garantia porque, sem ela, precisariam aumentar suas reservas antes de destinar novos empréstimos ao Brasil.

Amiga alheia — Mas tanto a administração do Banco Mundial quanto seus três membros mais importantes — os governos dos Estados Unidos, da Alemanha e do Reino Unido — opõem-se à concessão da garantia. Como o peso do voto do Brasil na diretoria do Banco Mundial é apenas 1,63% do total, o governo Sarney claramente não tem capacidade de decidir o assunto. O voto do Japão naquela instituição tem 5,52% do peso total, mas isso não é suficiente para derrubar o voto dos EUA, Alemanha e Reino Unido que, somados, têm um voto ponderado equivalente a 29,96% do total.

Negociadores do país estão confusos diante dessas divergências entre os credores. "Não sei se isso é pra valer ou apenas uma desculpa deles para os pressionar para conseguirem mais concessões. Também é possível que eles queiram apenas atrasar as negociações até que o Brasil feche um acordo com o FMI", disse um deles.

Outra questão pendente é o tratamento diferenciado que os bancos querem entre *dinheiro velho* e *dinheiro novo* na conversão da dívida em investimentos. Embora estejam dispostos a sujeitar-se aos limites de montantes e de tempo para conversão dos empréstimos velhos, acham que os empréstimos novos que fizeram ao país não devem estar sujeitos a quaisquer restrições, como os leilões, por exemplo. O Brasil quer que os tetos mensais de conversão se apliquem também ao dinheiro novo, para evitar aumentos repentinos da inflação ou fuga de capital.

Um dos mais velhos obstáculos a um acordo entre o Brasil e os bancos tem sido a vinculação entre desembolsos de dinheiro pelos credores privados e o cumprimento pelo governo das metas fixadas pelo Fundo Monetário Internacional. Os negociadores brasileiros concordaram que os desembolsos do dinheiro pelos bancos sejam suspensos, caso o Brasil suspenda a execução do programa fixado pelo FMI, mas não estão dispostos a fazer mais concessões.

Bens — Outro item pendente é a exigência pelos bancos de reconhecimento de seu direito de tomar bens do Brasil no exterior se o país suspender os pagamentos de juros. Caso deixe de pagar esses juros, eles querem ter a opção de pedir a um juiz de Nova Iorque — foro fixado para resolver quaisquer disputas entre o Brasil e os credores — que congele depósitos do Brasil no exterior, antes de mesmo de um julgamento final por um tribunal sobre o assunto.

O governo Sarney acha que é necessário impedir atitudes precipitadas por parte de credores, levando em conta que o país pode se ver na necessidade de atrasar pagamentos, por razões que escapam a seu desejo ou controle. Mas a única coisa que os negociadores obtiveram até agora foi que os bancos concordaram em incluir um parágrafo no texto do acordo requerendo que o pedido de congelamento de bens do país seja feito pelo menos pela metade dos credores.

Para FMI, solução da dívida demora

CARACAS — O diretor gerente do FMI, Michael Camdessus, acredita que a questão da dívida externa da América Latina levará mais tempo do que o previsto para ter uma solução e que esta depende do desenvolvimento dos países dévedores. "O que buscamos é uma forma que lhes permita crescer e pagar a dívida graças a esse crescimento", afirmou.

Camdessus falou durante seminário sobre "América Latina na economia mundial" promovido em Caracas pelo Sistema Econômico Latino-americano (Sela). Segundo disse, desde o início da crise da dívida, a balança de pagamentos em conta corrente da América Latina no conjunto aumentou 4,5% do PIB global.

contrapartida, a relação de intercâmbio da região piorou 21%, afirmou, completando que resultados tão pequenos se devem aos altos e baixos das políticas econômicas e que a redução das importações prejudicou os investimentos e a produção. "Embora o volume de exportações tenha aumentado, o valor ficou estável devido à baixa de preços", disse.

Renda — Segundo Camdessus, a renda per capita real da região é 6% inferior à de 1980 e tanto o volume de importações como a relação entre os investimentos e o PIB reduziram-se em 25%. "A relação entre a dívida externa e as exportações quase duplicou desde 1980, a inflação ainda é grave, os elevados déficits públicos absorvem grande parcela da poupança interna e persiste a fuga de capitais", prosseguiu.

Nestas condições, segundo o diretor-gerente do FMI, é compreensível que os bancos internacionais se mostrem reticentes em aprovar novos créditos para a região. Mas, de acordo com Camdessus, "o inquietante é ver como os dois fatos se reforçam mutuamente e se constata que nos últimos anos a taxa de crescimento latino-americana diminuiu bastante".

Em sua opinião, há não só o risco de a América Latina ficar para trás em relação a outras regiões como também de se tornarem mais frequentes os atrasos nos pagamentos da dívida e seus serviços.